

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO

Nº 001-2026/GALIC/AC/CBTU

(UASG: 275068)

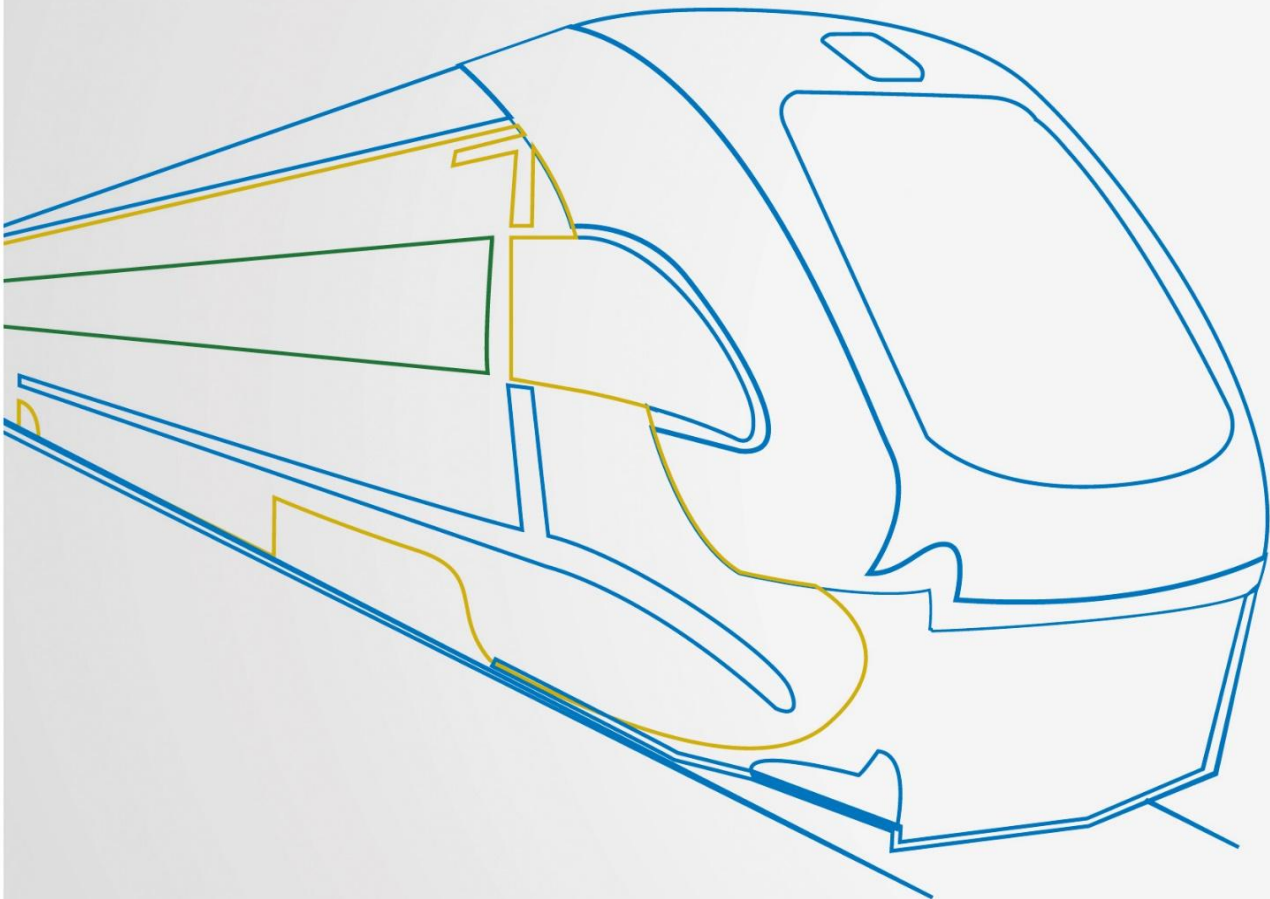
OBJETO RESUMIDO: Chamamento público para o credenciamento de empresas visando a contratação dos serviços de implementação, gerenciamento, administração e fornecimento do auxílio alimentação/refeição, em conformidade com o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, para atender aos empregados da CBTU.

HIPÓTESE DE CREDENCIAMENTO:

Seleção a critério de terceiros.

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CHAMAMENTO:

30 (trinta) dias úteis, contados da data de divulgação deste Edital.



MINISTÉRIO DAS CIDADES
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU
CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO
Nº 001-2026/GALIC/AC/CBTU

INFORMAÇÕES GERAIS			
Número de Ordem	001-2026		
Processo	98-2026		
Responsável pelo procedimento	Gerência Geral de Licitação - GALIC		
Área Demandante	Coordenação Técnica de Benefícios e Vantagens de Pessoal - CEBEV		
Tipo de procedimento	Credenciamento		
Forma de processamento	Eletrônica		
Local de processamento	https://www.gov.br/cbtu/pt-br/aceso-a-informacao/receitas-e-despesas/licitacoes/administracao-central/credenciamento		
Hipótese de credenciamento	Seleção a critério de terceiros		
Etapas do credenciamento	Vide cronograma – Anexo VIII deste Edital		
Início do recebimento das propostas	30/04/2026		
Término do recebimento das propostas	12/06/2026		
PRAZOS DE VIGÊNCIA	Chamamento Público	Termo de Credenciamento	Termo de Contrato
	30 dias úteis	30 meses	12 meses
IMPUGNAÇÃO	Até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para o encerramento do chamamento		
ESCLARECIMENTO	Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para o encerramento do chamamento		
Forma e valor da contraprestação	Taxa de Administração - 0% (zero por cento)		
Valor estimado da contratação	R\$ 51.773.089,55 (valor anual do benefício)		
Regime de execução	Empreitada por preço unitário		
Garantia de Execução	5% (cinco por cento) do valor do contrato		
Acesso ao Edital	https://www.gov.br/cbtu/pt-br/aceso-a-informacao/receitas-e-despesas/licitacoes/administracao-central/credenciamento		
	credenciamento.alimentacao@cbtu.gov.br		
	Setor Bancário Norte, Q1, Bloco B, Edifício CNC, 13º andar - GALIC - Brasília/DF; Das 09:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h		
RILC-CBTU	https://www.gov.br/cbtu/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/atos-normativos/rilc-cbtu_v-4_compilado.pdf/view		
Informações Adicionais	credenciamento.alimentacao@cbtu.gov.br		
A versão assinada no original encontra-se nos autos do respectivo processo administrativo.			

**MINISTÉRIO DAS CIDADES
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU
CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO
Nº 001-2026/GALIC/AC/CBTU**

Sumário

1. DO OBJETO	5
2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	6
3. DO CREDENCIAMENTO	6
4. DA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO	6
5. DAS FASES DO CHAMAMENTO PÚBLICO	9
6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	10
7. DA HABILITAÇÃO	11
8. DO JULGAMENTO	19
9. DOS RECURSOS	21
10. DA HOMOLOGAÇÃO	22
11. DA VOTAÇÃO E DA SELEÇÃO	22
12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	23
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	25
14. DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO	25
15. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO	27
16. DA GARANTIA	28
17. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS PARA O PAGAMENTO	29
18. DO REAJUSTE	29
19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	30
20. DOS ANEXOS	31

MINISTÉRIO DAS CIDADES
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU
CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO
Nº 001-2026/GALIC/AC/CBTU

PREÂMBULO

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, por meio da Gerência Geral de Licitação, sediada no Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco B, Edifício CNC, 9º a 13º andares - Brasília/DF, CEP.: 70.041-902, estará promovendo a abertura de **CHAMAMENTO PÚBLICO** para **CREDENCIAMENTO** de empresas para posterior contratação dos serviços de implementação, gerenciamento, administração e fornecimento do auxílio alimentação/refeição através de cartão magnético e/ou eletrônico ou tecnologia equivalente ou superior munidos de senha numérica individual e tecnologia de chip de segurança para validação das transações e respectivas recargas mensais de crédito, em conformidade com o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT (Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976), para atender aos empregados da CBTU, conforme condições quantidades e exigências estabelecidas neste EDITAL e seus ANEXOS; nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016; do Regulamento Interno de Licitação, Contratação Direta, Contratos e Convênios da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - RILC-CBTU, com acesso disponível em: <https://www.gov.br/cbtu/pt-br/acesso-a-informacao/receitas-e-despesas/rilc>; e demais legislação aplicável à matéria.

Considerando o entendimento do Tribunal de Contas da União – Acórdão nº 5495/2022 - Segunda Câmara, na condução deste Chamamento Público para Credenciamento aplicar-se-á as regras do Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024, no que couber e desde que não conflitem com as regras previstas na Lei nº 13.303, de 2016.

Para fins do disposto no parágrafo anterior, prevalecerão as interpretações que beneficiem os potenciais interessados, bem como aquelas que propiciem a efetivação dos princípios da seleção da melhor proposta, da ampliação da competitividade, da isonomia, da simplificação, da eficiência e da razoável duração dos processos.

Este procedimento de Credenciamento está sendo conduzido por Comissão especialmente designada pela autoridade competente, que será responsável pela coordenação e processamento de todos os atos a ele inerentes, especialmente o recebimento, o exame e o julgamento das propostas e documentação de habilitação, pedidos de esclarecimento, impugnações e recursos.

O prazo de vigência do chamamento público para credenciamento das empresas interessadas será de **30 (trinta) dias úteis**, contados da data de sua publicação; sendo certo que, neste período, a CBTU permitirá o credenciamento permanente dos interessados, desde que atendam a todos os requisitos previstos neste Edital e Anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O presente chamamento público tem por objeto o credenciamento de empresas para posterior contratação dos serviços de implementação, gerenciamento, administração e fornecimento do auxílio alimentação/refeição através de cartão magnético e/ou eletrônico ou tecnologia equivalente ou superior munidos de senha numérica individual e tecnologia de chip de segurança para validação das transações e respectivas recargas mensais de crédito, em conformidade com o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT (Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976), para atender aos empregados da CBTU, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Esse Chamamento visa o credenciamento de empresas para fornecimento do objeto aos empregados de toda a CBTU, abrangendo a Administração Central e as Superintendências Regionais de Trens Urbanos de João Pessoa (STU-JOP), Maceió (STU-MAC), Natal (STU-NAT) e Recife (STU-REC), conforme quantitativo abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE.*	VALOR DO BENEFÍCIO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)**
01	Contratação de empresas para prestação de serviços de implementação, gerenciamento, administração e fornecimento do auxílio alimentação/refeição por meio de cartão magnético e/ou eletrônico ou tecnologia equivalente ou superior munidos de senha numérica individual e tecnologia de chip de segurança para validação das transações e respectivas recargas mensais de crédito, em conformidade com o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT (Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976), para atender aos empregados da CBTU.	UN	2.755	Alimentação/Refeição (x12) R\$ 1.148,57	R\$ 51.773.089,55
				Cesta Básica (x12) R\$ 321,75	
				Cesta Natalina (x1) R\$ 1.148,57	

*QTDE: Quantidade de empregados (beneficiários).

**VALOR TOTAL ESTIMADO: Quantidade de empregados x {(valor mensal do benefício alimentação/refeição + cesta básica) x 12 meses} + cesta natalina}.

1.3. As especificações técnicas e demais requisitos e características do objeto estão descritas no Termo de Referência e seus ANEXOS, que fazem parte deste Edital.

1.4. O credenciamento pretendido se enquadra na hipótese de seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação, conforme art. 206, parágrafo único, inciso II, do RILC-CBTU.

1.5. O regime de execução contratual é o da empreitada por preço unitário.

1.6. A **Taxa de Administração** para fins de contraprestação da (s) contratada (s) pelos serviços objeto deste Edital será de **0% (zero por cento)**.

1.7. O valor estimado da contratação é de **R\$ 51.773.089,55** (valor do benefício).

1.8. Este procedimento de chamamento público para credenciamento será conduzido por Comissão Especial designada através de Resolução pela autoridade competente.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A importância com a execução do objeto deste Chamamento, mediante a realização de empenho e a emissão da respectiva nota de empenho, está a cargo dos seguintes elementos:

- 2.1.1. Classificação Funcional Programática: 15331003221B0001;
- 2.1.2. Plano Interno: 225778/2026;
- 2.1.3. Elemento de Despesa: 339046; e
- 2.1.4. Categoria Econômica: Custeio.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é procedimento administrativo processado via chamamento público, destinado à contratação de serviços que possam ser executados simultaneamente por diversos CREDENCIADOS que satisfaçam os requisitos definidos pela CBTU.

3.2. A CBTU poderá adotar o credenciamento nas situações em que, justificadamente, as suas necessidades só retem plena e satisfatoriamente atendidas com a contratação do maior número possível de particulares e que o mesmo objeto contratado possa ser executado simultaneamente por diversas empresas.

3.3. Nos termos do art. 206, parágrafo único do RILC, o credenciamento poderá ser utilizado pela CBTU nas seguintes hipóteses de contratação:

- 3.3.1. paralela e não excludente;
- 3.3.2. com seleção a critério de terceiros; e
- 3.3.3. em mercados fluidos.

3.4. No caso deste chamamento, a contratação da CBTU será do tipo com seleção a critério de terceiros, no qual o beneficiário direto (empregado) fará a escolha da empresa que prestará o serviço.

3.5. Serão credenciadas todas as proponentes que satisfizerem as exigências contidas neste Edital e em seus anexos.

3.6. A distribuição dos serviços só ocorrerá de acordo com as necessidades da CBTU, na forma e modo definidos no Termo de Referência (anexo deste Edital); podendo, inclusive, o credenciado não receber serviços durante o período de credenciamento.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO

4.1. Poderão participar deste procedimento os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto deste Chamamento Público, bem como que satisfaçam a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

4.2. Caberá ao interessado em participar deste Chamamento Público:

- 4.2.1. Credenciar-se no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF; e
- 4.2.2. Remeter a proposta de preços e os documentos de habilitação, no prazo estabelecido neste Edital pelo e-mail: credenciamento.alimentacao@cbtu.gov.br.

4.3. A participação no Chamamento Público implica, automaticamente, a aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdo deste Edital e de seus anexos, regulamentos, instruções e leis aplicáveis.

4.4. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

4.5. Considerando o valor previsto da contratação as interessadas que sejam microempresas ou empresas de pequeno porte não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.5.1. A empresa participante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto 8.538/2015 de 6/10/2015.

4.6. Fica impedida de participar deste procedimento, nos termos do art. 38 da Lei 13.303, de 2016, a pessoa física ou jurídica, isoladamente ou em consórcio:

- 4.6.1. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da CBTU, na forma da lei;
- 4.6.2. Suspensa de licitar e contratar pela CBTU, na forma da lei;
- 4.6.3. Declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção, na forma da lei;
- 4.6.4. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, na forma da lei;
- 4.6.5. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, na forma da lei;
- 4.6.6. Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, no período dos fatos que deram ensejo à sanção, na forma da lei;
- 4.6.7. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, no período dos fatos que deram ensejo à sanção, na forma da lei;
- 4.6.8. Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, na forma da lei;
- 4.6.9. A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, na forma da lei, com:

- 4.6.9.1. Dirigente da CBTU;
- 4.6.9.2. Empregado cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
- 4.6.9.3. Autoridade do ente público a que a CBTU esteja vinculada.
- 4.6.10. Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CBTU há menos de 6 (seis) meses;
- 4.6.11. Com decretação de falência.
- 4.7. Também não poderão participar deste procedimento:
 - 4.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
 - 4.7.2. O autor do anteprojeto, do projeto básico, do projeto executivo ou do termo de referência, pessoa física ou jurídica, que versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 4.7.3. A empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, que versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 4.7.4. A pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo deste procedimento, impossibilitada de participar de licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 4.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente ou empregado da CBTU que desempenhe função nas áreas de licitação ou demandante, bem como que atue na gestão ou fiscalização do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 4.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 4.7.7. A pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 4.7.8. **O empregado ou dirigente da CBTU;**
 - 4.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição, nos termos do Acórdão nº 2.426/2020-Plenário-TCU;
 - 4.7.10. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.
- 4.8. A pessoa jurídica que estiver em recuperação judicial e extrajudicial poderá participar do Chamamento desde que amparada em certidão emitida pelo órgão judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a

participar de procedimento licitatório nos termos do Acórdão nº 1.201/2020 – Plenário – TCU.

4.9. O impedimento de que trata o item 4.7.4 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica.

4.10. A critério da CBTU e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.2 e 4.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de empregados da Companhia.

4.10.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

4.10.2. O disposto nos itens 4.7.2 e 4.7.3 não impede a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.11. A vedação de que trata o item 4.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.12. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Chamamento, nos termos do subitem 8.1.2 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

5. DAS FASES DO CHAMAMENTO PÚBLICO

5.1. O presente Chamamento é composto pelas seguintes **etapas**:

5.1.1. Publicação do Edital: **29/04/2026**;

5.1.2. Recepção das Propostas e dos Documentos para Habilitação/Credenciamento: 30 (trinta) dias úteis, contados da data de publicação do Edital;

5.1.3. Pedidos de Esclarecimento: até 3 (três) dias úteis antes do encerramento do prazo para envio das propostas;

5.1.4. Impugnação ao Edital: até 5 (cinco) dias úteis antes do encerramento do prazo para envio das propostas;

5.1.5. Divulgação do resultado da análise das Propostas e dos Documentos para Habilitação/Credenciamento: até 3 (três) dias úteis após o término do prazo para envio das propostas;

5.1.6. Manifestação de Intenção de Recurso: 1 (um) dia útil;

5.1.7. Apresentação do Recurso, caso tenha: 5 (cinco) dias úteis;

5.1.8. Apresentação das Contrarrazões, caso necessário: 5 (cinco) dias úteis;

5.1.9. Julgamento do Recurso, caso tenha: 5 (cinco) dias úteis;

5.1.10. Divulgação do resultado de Julgamento do Recurso: 1 (um) dia útil;

5.1.11. Envio do Termo de Credenciamento para as empresas habilitadas: 1 (um) dia útil;

- 5.1.12. Recepção das Apresentações/Características das Empresas Credenciadas: 2 (dois) dias úteis;
 - 5.1.13. Análise interna das Apresentações/Características das Empresas Credenciadas: 1 (um) dia útil;
 - 5.1.14. Divulgação do resultado da análise interna das Apresentações/Características das Empresas Credenciadas e convocação para saneamento: 1 (um) dia útil;
 - 5.1.15. Saneamento das apresentações e/ou Pedido de Reconsideração, caso necessário: 2 (dois) dias úteis;
 - 5.1.16. Análise interna e decisão o Pedido de Reconsideração: 1 (um) dia útil;
 - 5.1.17. Divulgação do resultado do Pedido de Reconsideração das apresentações, caso necessário: 1(um) dia útil;
 - 5.1.18. Organização de documentação, para realização de votação interna e seleção: 2 (dois) dias úteis;
 - 5.1.19. 1ª Votação interna e seleção: 5 (cinco) dias úteis;
 - 5.1.20. Divulgação do resultado da seleção: 1 (um) dia útil;
 - 5.1.21. 2ª Votação interna e seleção, caso necessário: 5 (cinco) dias úteis; e
 - 5.1.22. Convocação da(s) empresa(s) credenciada(s) selecionada(s) para contratação: 3 (três) dias úteis.
- 5.2. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, nos avisos e demais comunicações da CBTU durante o Chamamento Público observarão o horário de Brasília/DF.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 6.1. O proponente deverá enviar **carta de apresentação**, acompanhada da sua proposta de preços, das declarações correlatas e da documentação de habilitação descrita no item 7 deste Edital, para o seguinte e-mail: credenciamento.alimentacao@cbtu.gov.br.
- 6.1.1. A carta de apresentação, devidamente acompanhada proposta de preços, das declarações correlatas e da documentação de habilitação deverá ser encaminhada através de pasta compactada (.zip).
- 6.2. A carta de apresentação e a proposta de preços deverão ser apresentadas de acordo com os modelos disponibilizado pela CBTU – Anexos II e III deste Edital.
- 6.2.1. A proposta deverá conter descrição detalhada do objeto, inclusive marca, fabricante e quantidade, além de todas as informações que compõem eventual planilha de custos e formação de preços;
 - 6.2.2. A proposta deverá indicar a **Taxa de Administração de 0%** (zero por cento), conforme disposto neste Edital e no Termo de Referência;
 - 6.2.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o proponente;
 - 6.2.4. Indicação do representante legal da proponente com, no mínimo, os seguintes dados: nome, cargo, documento de identidade e CPF;
 - 6.2.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.3. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios eventualmente necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.5. Os termos da proposta ofertada serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. No momento do envio da proposta, a empresa interessada deverá encaminhar as seguintes **Declarações**:

- 6.6.1. De que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital, e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 6.6.2. De que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 6.6.3. De que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal;
- 6.6.4. Da inexistência de fato superveniente até a data do início da sessão que impeça a sua habilitação no presente chamamento público, e de que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 6.6.5. De que a proposta foi elaborada de forma independente;
- 6.6.6. De que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991; e
- 6.6.7. Da Cota de Aprendizagem, nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. No momento do envio da proposta, na forma e modos descritos no item 6 deste Edital, a empresa interessada deverá encaminhar a sua documentação de habilitação.

7.2. Para habilitação como credenciado, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto da contratação.

- 7.2.1. A empresa interessada que atender aos requisitos de habilitação previstos neste Edital será credenciada pela CBTU, com a possibilidade de, no interesse da Companhia, ser convocada para executar o objeto;
- 7.2.2. Quando convocada para execução do objeto, a credenciada deverá comprovar que mantém todos os requisitos de habilitação exigidos no edital de credenciamento para fins de assinatura do instrumento contratual ou outro instrumento hábil.
- 7.3. Os documentos previstos neste Edital e no Termo de Referência - Anexo I, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da empresa interessada de realizar o objeto deste Chamamento, serão exigidos para fins de habilitação.
 - 7.3.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.4. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia, por publicação em órgão da imprensa oficial ou obtidos pela internet em sítios oficiais do órgão emissor.
 - 7.4.1. Será permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil).
 - 7.4.2. Exceto se existir dúvida fundada quanto à autenticidade ou previsão legal, fica dispensado o reconhecimento de firma e a autenticação de cópia dos documentos expedidos no Brasil e destinados a fazer prova perante a CBTU.
 - 7.4.3. Eventual necessidade de prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante a Comissão, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
- 7.5. Será verificado se a interessada apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, respondendo o declarante pela veracidade das informações prestadas.
- 7.6. Será verificado se a empresa interessada apresentou as declarações previstas no item 6.6 deste Edital, em especial, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.
- 7.7. A verificação pela Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.8. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em

relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir, nos termos do art. 4º, § 1º e do art. 6º, § 4º da IN SEGES/MPDG nº 3/2018.

7.10. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da empresa interessada, a Comissão verificará se ela atende às **condições de participação** no certame, conforme previsto na legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.10.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 7.10.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- 7.10.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- 7.10.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, disponível em: (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 7.10.5. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU, disponível em: (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>);
- 7.10.6. Certidão Negativa Correcional, emitida pela Controladoria-Geral da União – CGU, disponível em: (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).

7.11. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa participante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.12. Caso conste na Consulta de Situação do participante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, nos termos do art. 29, caput, da IN SEGES/MPDG nº 3/2018.

- 7.12.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros, nos termos do art. 29, § 1º, da IN SEGES/MPDG nº 3/2018.
- 7.12.2. A interessada será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação, nos termos do art. 29, § 2º, da IN SEGES/MPDG nº 3/2018.

7.13. Constatada a existência de sanção, a interessada será reputada inabilitada, por falta de condição de participação.

7.14. Os documentos exigidos para habilitação, que não estejam contemplados no SICAF, deverão ser encaminhados para o e-mail: credenciamento.alimentacao@cbtu.gov.br.

- 7.15. Para fins de habilitação neste procedimento de Chamamento Público será exigida a apresentação de documentação relativa à:
- 7.15.1. Habilitação jurídica;
 - 7.15.2. Regularidade fiscal;
 - 7.15.3. Habilitação econômico-financeira;
 - 7.15.4. Habilitação técnica; e
 - 7.15.5. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 7.16. A documentação relativa à **habilitação jurídica**, conforme o caso, consistirá em:
- 7.16.1. Documento de identidade.
 - 7.16.2. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.
 - 7.16.3. Registro comercial, no caso de empresa individual.
 - 7.16.4. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
 - 7.16.5. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
 - 7.16.6. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 7.17. A documentação relativa à **regularidade fiscal** consiste em:
- 7.17.1. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União);
 - 7.17.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF-FGTS);
- 7.18. Mesmo que o interessado seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, ainda que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação
- 7.18.1. No caso de eventual restrição relativa à regularidade fiscal de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte será concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização, prorrogáveis por igual período a critério da CBTU, desde que solicitada dentro do prazo inicial, mediante requerimento do interessado acompanhado das devidas justificativas.
 - 7.18.2. O prazo de que trata o subitem anterior será contado da divulgação do resultado da fase de habilitação.
 - 7.18.3. A não regularização da documentação no prazo previsto neste item implicará a decadência do direito ao credenciamento, sem prejuízo das

sanções previstas neste Edital, na Lei nº 13.303, de 2016 e no RILC-CBTU.

7.19. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

7.20. A documentação relativa à **capacidade econômico-financeira** consiste em:

7.21. Apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, desde que sejam acompanhados das respectivas memórias de cálculo da atualização.

7.22. Para efeito do item anterior serão considerados exigíveis na forma da lei as seguintes situações:

7.22.1. Sociedades anônimas fechadas deverão apresentar os balanços aprovados e publicados, conforme exigência da Lei Federal nº 6.404/76;

7.22.2. Sociedades anônimas abertas deverão apresentar os balanços aprovados, publicados e auditados por auditor independente;

7.22.3. Sociedades de grande porte, nos termos do artigo 3º da Lei nº 11.638/07, deverão seguir as disposições da Lei nº 6.404/76;

7.22.4. Sociedades limitadas deverão apresentar somente os balanços aprovados pela assembleia geral ou reunião de sócios, ou, se o caso, por decisão escrita de todos os sócios, nos termos da legislação civil e do contrato social.

7.23. As interessadas sujeitas à apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD) nos termos do art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) deverão apresentar o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, os Termos de Abertura e Encerramento do livro digital extraídos do SPED, não se aplicando as exigências do item 7.22, acompanhados de:

7.23.1. Recibo de entrega, emitido pelo SPED, da Escrituração Contábil Digital (ECD), com autenticação válida na data de sua apresentação à CEL;

7.23.2. Comprovantes da assinatura digital do livro contábil pelo diretor responsável e por profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a sua regularidade perante o respectivo Conselho.

7.24. Certidão negativa atualizada de pedido de falência ou regime de recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do interessado.

7.24.1. A pessoa jurídica que estiver em recuperação judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, nos termos do Acórdão nº 1.201/2020 – TCU - Plenário.

- 7.24.2. A certidão de que trata o subitem anterior poderá ser substituída por documento comprobatório da homologação do Plano de Recuperação Judicial do interessado, nos termos do entendimento recentemente reafirmado pelo Superior Tribunal de Justiça (RESP nº 1.826.299-CE).
- 7.25. Comprovação da boa situação financeira do interessado, através da obtenção e avaliação dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta online, no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 7.26. Comprovação de que possui patrimônio líquido equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social legalmente exigível.

- 7.26.1. O interessado que apresentar um dos índices exigidos no item 7.25 menores ou igual a 1 (um), porém, apresente patrimônio líquido conforme exigido no item 7.26 não será inabilitado pela questão do índice.
- 7.27. Para fins de análise quanto à capacidade econômico-financeira do interessado, poderá ser colhida manifestação escrita da área contábil ou de empregado da CBTU com formação em ciências contábeis.
- 7.28. A documentação relativa à **qualificação técnica** consiste em:
- 7.29. Apresentação do comprovante de registro no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, como pessoa jurídica fornecedora ou prestadora de serviço de alimentação coletiva do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, conforme art. 11 da Portaria nº 3, de 1º/03/2002.
- 7.30. Comprovação, por meio de Atestados de Capacidade Técnica emitidos por Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado, que comprovem a aptidão para desempenho, de forma satisfatória, de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto do presente Chamamento Público.
- 7.30.1. Por se tratar de serviço de natureza contínua, a interessada deverá apresentar, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica expedido em seu nome, demonstrando a execução anterior e sem ressalva, por período não inferior a 1 (um) ano, admitido o somatório de atestados.
- 7.30.2. As empresas participantes deverão apresentar no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnica, em seu nome, expedido por pessoa

jurídica de direito público ou privado, que comprove que prestou serviço de administração e fornecimento do auxílio alimentação e/ou refeição, de forma satisfatória, para empresa com um efetivo mínimo de 50% (cinquenta por cento) da quantidade de empregados da CBTU, por período não inferior a 12 meses.

7.30.2.1. Para fins do disposto no item anterior deverá ser considerado o quantitativo atual de empregados da CBTU, qual seja, 2.755 empregados. Logo, deverá ser comprovado o fornecimento de auxílio para, no mínimo, 1.378 beneficiários;

7.30.2.2. Para fins de comprovação do efetivo mínimo de beneficiários será admitido o somatório de atestados, desde que tenham sido executados concomitantemente no período de 12 (doze) meses.

7.31. O(s) atestado(s) referir-se-á(ão) a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.

7.32. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter: endereço atual da empresa que o contrato se refere e local em que foram prestados os serviços.

7.33. A interessada deverá comprovar, ainda, que seus cartões eletrônicos alimentação/refeição são aceitos em ampla rede estabelecimentos credenciados que atendam satisfatoriamente aos empregados da CBTU em termos de qualidade, quantidade e preços; demonstrando possuir, no mínimo, **50% (cinquenta por cento) do quantitativo de estabelecimentos efetivamente utilizados pelos beneficiários da CBTU nas unidades da federação em que a Companhia tem atuação**; conforme previsto na Tabela 3 do Anexo I ao Termo de Referência.

7.34. Para fins de cumprimento da exigência prevista no item 7.31, segue quadro-resumo com a quantidade mínima de estabelecimentos credenciados, por estado/DF (50% da Tabela 3 do Anexo I ao Termo de Referência), a ser comprovada pela interessada:

ESTABELECIMENTOS CARTÃO ACEITO	UNIDADE DA FEDERAÇÃO – SEDE E UNIDADES DA CBTU					
	Administração Central		STU-JOP	STU-MAC	STU-NAT	STU-REC
	DF	RJ	PB	AL	RN	PE
ALIMENTAÇÃO	204	716	87	84	91	433
REFEIÇÃO	513	1.080	119	63	103	577

7.35. A relação dos estabelecimentos credenciados deverá ser apresentada, por meio de relatório em mídia eletrônica (planilha em formato EXCEL ou PDF pesquisável);

7.35.1. A relação dos estabelecimentos credenciados deverá conter: razão social, nome fantasia, natureza do serviço prestado, número de inscrições no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, endereço, telefone e e-mail, devendo atender aos padrões estabelecidos pela Portaria nº 3 de 01/03/2002, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

- 7.35.2. O rol de credenciados deverá abranger, principalmente, estabelecimentos para aquisição de alimentos *in natura*, as grandes redes de hipermercados e supermercados de acordo com cada localidade, com a finalidade de permitir aos empregados da CBTU o acesso a melhores preços e a possibilidade de escolha de produtos.
- 7.35.3. A cobertura da rede credenciada da empresa interessada deverá estar em conformidade com as exigências expressas no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).
- 7.35.4. Outras regras referentes à rede credenciada da empresa interessada encontram-se elencadas no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).
- 7.36. Após eventual celebração do contrato decorrente deste Chamamento, a Contratada deverá apresentar, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período a seu pedido, listagem da sua rede credenciada, separadamente, de estabelecimentos que aceitam seus cartões com créditos de vale-alimentação e vale-refeição, em **quantitativo mínimo de 80% (oitenta por cento)** do quantitativo previsto na Tabela 3 do Anexo I ao Termo de Referência, por estado/DF; sendo que os estabelecimentos credenciados para cada uma das modalidades deverão estar de acordo com o determinado pelo PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego.
- 7.37. A Contratada deverá dispor na rede credenciada a possibilidade de aceitação do cartão para pagamento de entrega de refeições prontas e/ou gêneros alimentícios *in natura*, com entrega por aplicativo (delivery), entregas por sítios eletrônicos, ou ainda por telefone.
- 7.37.1. É esperado que a interessada que deseja prestar o serviço objeto do presente Chamamento Público já possua amplitude de atuação capaz de atender, de imediato, a exigência contida no item acima e no item 5.7 do Termo de Referência.
- 7.37.2. Caso a interessada não atenda de imediato tal exigência, ela deverá comprová-lo em até 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, prazo, em princípio, suficiente para correções complementares (Acórdão nº 6082/2016 - TCU-Plenário).
- 7.38. A interessada disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade e veracidade dos atestados apresentados.
- 7.39. Os documentos apresentados deverão conter nome, endereço, telefone para contato, ou qualquer outro meio que permita a CBTU identificar o(s) emitente(s) e possibilitar contato para validação.
- 7.40. Para fins de análise quanto à capacidade técnica do interessado, poderá ser colhida a manifestação escrita da área demandante da contratação ou de área da Companhia especializada no objeto.
- 7.41. Fica resguardado o direito da Comissão efetuar diligências para verificar a veracidade das informações do(s) atestado(s) apresentado(s).
- 7.42. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Comissão poderá suspender os prazos previstos no Cronograma (Anexo VIII),

informando, via e-mail e no site da Companhia, as novas datas atualizadas, sendo certo que o reinício das fases suspensas fica condicionado a aviso prévio com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

7.43. Será inabilitado o interessado que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.44. Após o término do prazo para recebimento de propostas, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 126 do RILC-CBTU, para os fins de:

7.44.1. Complementação de informações necessárias para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e/ou que comprovem condição atendida pela empresa participante através de documentos não apresentados por equívoco ou falha na juntada, adotando-se o princípio do formalismo moderado.

7.44.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.45. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das empresas participantes cuja proposta e documentação atendam ao edital de chamamento público.

8. DO JULGAMENTO

8.1. A Comissão, com o apoio da Coordenação Técnica de Benefícios e Vantagens de Pessoal – CEBEV (área demandante), examinará a conformidade das propostas, declarações e documentos de habilitação, com as especificações técnicas do objeto e com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.2. Efetuada a verificação de conformidade, será desclassificada a proposta que:

8.2.1. Contiver vícios insanáveis;

8.2.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e demais anexos deste Edital;

8.2.3. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela CBTU;

8.2.4. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

8.2.5. Deixarem de apresentar quaisquer dos documentos de habilitação ou o fizerem de maneira incompleta ou incorreta.

8.3. A documentação será analisada no prazo definido no cronograma deste Edital.

8.4. É facultado à Comissão promover as diligências que entender necessárias, adotando medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades meramente formais na proposta, documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

8.5. O resultado do julgamento será divulgado no Diário Oficial da União e disponibilizado na página do procedimento no site da CBTU (<https://www.gov.br/cbtu/pt-br/acesso-a-informacao/receitas-e-despesas/licitacoes/administracao-central/credenciamento>).

8.6. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada na página do procedimento no site da CBTU, para acompanhamento de todos os participantes.

8.7. É facultado à Comissão, em qualquer fase do processo de credenciamento, desde que não seja alterada a substância da proposta, e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os participantes, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo, conforme art. 126 do RILC-CBTU.

8.8. Erros ou distorções em qualquer preço ou componente de preço, que impliquem em acréscimo do preço fixado na Proposta não serão considerados.

8.8.1. Ocorrendo a hipótese prevista no item acima a empresa participante deverá honrar o preço fixado na Proposta, sob pena de desclassificação.

8.9. A adequação da proposta na forma dos itens anteriores não poderá acarretar majoração de seu valor global.

8.10. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais:

8.10.1. Após o término do prazo para recebimento das propostas não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

8.10.2. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, após o término do prazo para apresentação das propostas. Os erros, equívocos e omissões havidas nas cotações de preços serão de inteira responsabilidade do participante.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da área demandante da contratação ou de área da Companhia especializada no objeto.

8.12. Será considerada **apta** ao credenciamento, após a análise de conformidade das propostas, declarações e documentos de habilitação, a empresa participante que:

8.12.1. Tenha atendido a todos os termos previstos neste Edital e seus Anexos;

8.12.2. Tenha apresentado **Taxa de Administração**, para fins de contraprestação pelos serviços objeto deste Edital, de **0% (zero por cento)**;

8.12.3. Não possua nenhum fato impeditivo a sua participação neste Chamamento; e

8.12.4. Tenha apresentado toda a documentação exigida para fins de habilitação.

8.13. Havendo necessidade, a Comissão suspenderá a sessão, informando previamente a nova data e horário para a sua continuidade.

9. DOS RECURSOS

9.1. Será franqueada a possibilidade de interposição de recurso referente ao julgamento das propostas ofertadas, à habilitação ou inabilitação das empresas participantes, à anulação ou revogação deste procedimento de chamamento público.

9.1.1. A interposição de recurso observará o disposto na Lei nº 13.303, de 2016 e no RILC-CBTU.

9.2. Dos atos decorrentes da aplicação deste Edital, cabe recurso único, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme o disposto no art. 59 da Lei 13.303/2016 e no artigo 251 do RILC, contados a partir do término do prazo para registro da intenção de recorrer, independentemente de notificação, no prazo e na forma previstos nos subitens subsequentes, sob pena de preclusão.

9.2.1. Para garantia do exercício do direito ao recurso, a empresa interessada deverá formalizar sua intenção de recorrer no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir da publicação do resultado das empresas credenciadas ou do ato que registrar a revogação ou anulação deste Chamamento.

9.2.2. A intenção de recorrer deverá ser formalizada através do e-mail credenciamento.alimentacao@cbtu.gov.br.

9.3. O recurso deverá observar os seguintes requisitos:

9.3.1. Ser devidamente fundamentado;

9.3.2. Ser assinado por representante legal da empresa recorrente; e

9.3.3. Ser enviado para o e-mail credenciamento.alimentacao@cbtu.gov.br.

9.4. Os recursos interpostos fora do prazo, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida nos subitens acima não serão conhecidos.

9.5. As demais participantes ficarão intimadas para, caso desejarem, apresentar suas contrarrazões, também via e-mail, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados, sucessivamente, do dia útil posterior ao do término do prazo para apresentação das razões recursais, independentemente de notificação específica.

9.5.1. Os recursos serão disponibilizados na página do procedimento no site da CBTU, sendo de responsabilidade das proponentes acessá-los para obtê-los.

9.6. O recurso será dirigido à Comissão, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de cinco dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade competente, conforme definido no cronograma.

9.7. A autoridade competente deverá proferir a sua decisão no prazo máximo de cinco dias úteis, contado da data de recebimento dos autos.

9.7.1. A decisão da autoridade competente deverá ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com os fundamentos da manifestação de que trata o item 9.6 que, neste caso, será parte integrante do ato decisório.

9.8. Os recursos terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10. DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Exauridos os eventuais recursos administrativos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará a relação das empresas aptas a serem credenciadas e participar das etapas de votação/seleção, nos termos dos itens 11 e 12 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

10.1.1. A relação das empresas credenciadas será divulgada no Diário Oficial da União e disponibilizado na página do procedimento no site da CBTU.

10.2. Após a homologação serão emitidos os respectivos Termos de Credenciamento, subscritos e firmados pelo Gerente Geral de Licitação e Compras, com posterior envio para as empresas constantes da relação homologada.

10.2.1. O recebimento do Termo de Credenciamento não é condição para participação das empresas credenciadas na etapa de votação/seleção;

10.2.2. O Termo de Credenciamento será válido por 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante concordância expressa das partes;

10.2.3. O credenciamento não implica contratação, nem confere às empresas credenciadas direito subjetivo à exclusividade na prestação de serviços.

10.3. Nos termos do art. 62 da Lei nº 13.303, de 2016, quem dispuser de competência para homologação do resultado poderá revogar o procedimento por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado.

11. DA VOTAÇÃO E DA SELEÇÃO

11.1. Após a homologação e a divulgação da relação de empresas credenciadas, a CBTU convocará as respectivas entidades, por intermédio do e-mail de seu representante legal, para que disponibilizem no prazo de até 2 (dois) dias úteis, material de comunicação e marketing em arquivo digital formato (PDF), com a finalidade de apresentar os benefícios, vantagens e diferenciais que serão analisados pelos empregados da CBTU.

11.1.1. No momento da convocação a que se refere este item, a CBTU poderá apresentar orientações adicionais relativas ao formato do material de divulgação;

11.1.2. Os materiais citados neste item serão analisados e aprovados pela CBTU. Em caso de não conformidade com a legislação, devidamente fundamentada, será concedido o prazo de 2 (dois) dias úteis para fins de ajustes no material ou pedido de reconsideração.

11.2. Os materiais de comunicação e marketing aprovados pela CBTU serão divulgados pela equipe de comunicação da Companhia aos seus empregados, pelos canais de divulgação interno, garantindo a isonomia do processo.

11.3. Após a divulgação dos materiais de comunicação e marketing, contendo a apresentação das entidades habilitadas, os empregados beneficiários poderão acessar sistema para a votação da entidade credenciada de sua preferência.

- 11.3.1. Cada beneficiário escolherá uma empresa habilitada para prestar os serviços na modalidade alimentação/refeição, através de um sistema de formulário online que será disponibilizado pela CEBEV (Coordenação Técnica de Benefícios e Vantagens de Pessoal);
 - 11.3.2. A votação será realizada por meio de ferramenta online, cujo link contendo o formulário e/ou sistema de votação será disponibilizado pela CEBEV (Coordenação Técnica de Gestão de Benefícios e Vantagens de Pessoal, e divulgado pela GECIN (Gerência de Comunicação Institucional);
 - 11.3.3. A CBTU convocará seus empregados para participar da votação por meio de seus e-mails institucionais, concedendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para registro do voto conforme previsto em cronograma anexo deste Edital;
 - 11.3.4. O número de votos para que a empresa credenciada seja considerada elegível para firmar um Contrato com a CBTU será de, no mínimo, 30% (trinta por cento) do quadro total de empregados ativos no dia útil anterior ao início da votação;
 - 11.3.5. Caso seja verificado que não foi alcançado o quórum mínimo disposto no subitem 11.3.4 por nenhuma empresa participante, a CBTU firmará Contrato com as 2 (duas) empresas mais votadas na ocasião.
- 11.4. As demais regras referentes às etapas de votação e seleção estão previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Nos processos de chamamento público realizados no âmbito da CBTU é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para apuração e eventual aplicação das sanções administrativas cabíveis ao participante pela prática injustificada das seguintes condutas:

- 12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 12.1.2. Deixar de entregar ou entregar parcialmente a documentação exigida no instrumento convocatório;
- 12.1.3. Entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- 12.1.4. Deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pela Comissão;
- 12.1.5. Deixar de entregar documentação complementar exigida pela Comissão, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital;
- 12.1.6. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 12.1.7. Solicitar sua desclassificação, sem justificativa, após o término do prazo para envio da proposta ou abandonar o certame;

- 12.1.8. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento ou a execução do contrato;
 - 12.1.10. Fraudar o procedimento comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza durante o procedimento;
 - 12.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do procedimento;
 - 12.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 13.303, de 2016, a CBTU poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos participantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. Advertência;
 - 12.2.2. Multa;
 - 12.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CBTU, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 12.3. A multa será fixada em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor da proposta apresentada ou, na falta desta, do valor estimado da contratação.
- 12.3.1. Após a conclusão do procedimento administrativo, a multa aplicada deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4. As sanções de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CBTU poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.5. No curso do procedimento administrativo deverá ser observado:
- 12.5.1. A Lei nº 13.303, de 2016 e o RILC-CBTU;
 - 12.5.2. A garantia do devido processo administrativo, com respeito à ampla defesa e ao contraditório.
- 12.6. Na apuração das infrações será facultada a defesa do participante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de sua intimação.
- 12.7. Da aplicação de sanções administrativas caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da comunicação.
- 12.7.1. O recurso terá efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CBTU, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.
- 12.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.10. As sanções administrativas decorrentes de infrações e condutas relacionadas à execução do objeto estão previstas no Termo de Referência e/ou no Instrumento Contratual, anexos a este Edital.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para o término do prazo para o envio das propostas, qualquer pessoa poderá, motivadamente, impugnar este instrumento convocatório, através de documentação entregue diretamente no protocolo geral da CBTU ou encaminhado para credenciamento.alimentacao@cbtu.gov.br.

13.1.1. Responder-se-á a impugnação em até 3 (três) dias úteis, contados da solicitação;

13.1.2. A decisão acerca da impugnação será comunicada pela Comissão diretamente ao impugnante, via e-mail, bem como a todos os demais interessados, através da página do procedimento no site da CBTU.

13.2. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados à Comissão, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail credenciamento.alimentacao@cbtu.gov.br, em até 3 (três) dias úteis anteriores ao término do prazo para o envio das propostas.

13.2.1. Responder-se-á ao pedido de esclarecimento em até 2 (dois) dias úteis, contados da solicitação;

13.2.2. As respostas dadas aos esclarecimentos serão comunicadas pela Comissão a todos os interessados, através da página do procedimento no site da CBTU, passando a integrar o instrumento convocatório na condição de anexos.

13.3. A Comissão não poderá decidir ou praticar ato contrário ao registrado nas respostas aos pedidos de esclarecimento.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos, a priori, não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão, nos autos do processo.

13.4.2. Na hipótese de a CBTU não decidir a impugnação ou não responder aos esclarecimentos até a data fixada para a entrega das propostas, o procedimento deverá ser adiado, convocando-se nova data para entrega das propostas com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

14.1. As empresas credenciadas pela CBTU, conforme critérios estabelecidos neste Edital e seus anexos, poderão ser contratadas para a execução dos serviços objeto deste Chamamento.

14.2. Na hipótese do item anterior, a empresa credenciada será convocada para apresentar as condições eventualmente exigidas no instrumento convocatório e/ou nos seus anexos para assinatura do instrumento contratual.

14.2.1. O atendimento das condicionantes deverá ser realizado no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir de comunicação expedida por e-mail ou fax, ou ainda por correspondência postal com aviso de recebimento.

14.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação expressa e justificada da credenciada.

14.2.3. O não atendimento das condicionantes implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

14.3. A empresa credenciada será convocada para celebrar o instrumento contratual, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da comunicação encaminhada pela CBTU, sob pena de decair do direito à contratação.

14.3.1. Para efeito deste item, a CBTU efetivará a convocação, preferencialmente, através de correio eletrônico, encaminhando, desde logo e caso possível, a minuta do instrumento contratual à credenciada;

14.3.2. Alternativamente, a credenciada poderá ser convocada por qualquer outro meio hábil e eficaz, tais como correspondência postal com aviso de recebimento, telefone ou fax, devendo tal circunstância ser registrada no processo;

14.3.3. O comparecimento da credenciada à sede da CBTU para a retirada do instrumento contratual supre a necessidade de convocação;

14.3.4. Considerando que para a execução do objeto a CBTU irá compartilhar dados pessoais de seus empregados, a Contratada deverá assinar o termo de confidencialidade, anexo do instrumento contratual, conforme subitem 23.22.1 do Termo de Referência;

14.4. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado nas seguintes situações:

14.4.1. Por solicitação da credenciada, mediante justificativa aceita pela CBTU;

14.4.2. De ofício, a critério da CBTU, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para a completa e efetiva formalização do instrumento contratual.

14.5. Previamente à contratação, a CBTU realizará a verificação da manutenção das condições de habilitação, bem como realizará consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

14.5.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação nos termos do art. 6º-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2022.

14.6. Quando a credenciada, formalmente convocada, não aceitar, assinar ou retirar o instrumento contratual no prazo e nas condições estabelecidas, a CBTU poderá convocar as demais credenciadas, observada a ordem de votação e seleção, para a celebração do contrato.

14.7. A adoção da providência prevista no item anterior ocorrerá sem prejuízo da apuração e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 13.303, de 2016 e no RILC-CBTU.

14.8. Os instrumentos contratuais da CBTU poderão ser formalizados em meio físico ou eletrônico, admitida a assinatura digital dos representantes da pessoa a ser, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil).

14.9. A contratação se dará na forma e condições previstas neste Edital e seus anexos, não sendo concedido, em hipótese alguma, privilégios no atendimento às exigências contratuais.

15. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO

15.1. A área demandante da contratação objeto deste Edital é a Coordenação Técnica de Benefícios e Vantagens de Pessoal - CEBEV, que se encontra subordinada à Diretoria de Administração e Finanças.

15.1.1. A área de que trata este item será a responsável pela gestão do instrumento contratual, pela supervisão das atividades de fiscalização e pelo recebimento do objeto.

15.2. A CBTU designará empregados responsáveis pela gestão, fiscalização e supervisão do contrato que, dentre outras atribuições que lhe são próprias, terão o encargo de acompanhar a conformidade da execução do objeto, os materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste; apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.

15.2.1. A contratada deverá designar um representante para acompanhamento e controle da execução do objeto deste Chamamento.

15.3. O objeto do presente Chamamento será recebido em conformidade com o art. 225 do RILC-CBTU e demais regras previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

15.3.1. A forma, prazos, locais e condições para a entrega do objeto estão previstas no item 15 do Termo de Referência.

15.4. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos legais, regulamentares e contratuais.

15.5. O prazo para execução do objeto deste Chamamento será de 12 (doze) meses, tendo início após o aceite da contratada na 1ª Ordem de Execução encaminhada pela gestão do contrato.

15.6. Os prazos previstos nos itens acima poderão ser suspensos em virtude de casos fortuitos ou de força maior, conforme cláusulas estipuladas no instrumento contratual.

15.7. Durante a execução do objeto a contratada deverá observar e cumprir todas os requisitos, condições e obrigações estabelecidos no Termo de Referência e no instrumento contratual, documentos anexos a este Edital.

15.8. A Contratada **deverá**:

- 15.8.1. No prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, contados da assinatura do contrato, prorrogáveis por igual período a seu pedido, apresentar a **listagem da sua rede credenciada**, separadamente, de estabelecimentos que aceitam seus cartões com créditos de vale-alimentação e vale-refeição, em **quantitativo mínimo de 80% (oitenta por cento) do quantitativo** previsto na Tabela 3 do Anexo I ao Termo de Referência, por estado/DF; sendo que os estabelecimentos credenciados para cada uma das modalidades deverão estar de acordo com o determinado pelo PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego;
- 15.8.2. **Disponer na rede credenciada** a possibilidade de aceitação do cartão para pagamento de entrega de refeições prontas e/ou gêneros alimentícios in natura, com **entrega por aplicativo (delivery), entregas por sítios eletrônicos**, ou ainda **por telefone**. Caso não atenda de imediato tal exigência, ela deverá comprová-lo em até 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, prazo, em princípio, suficiente para correções complementares (Acórdão nº 6082/2016 - TCU-Plenário);
- 15.8.3. **Tratar os dados pessoais recebidos da CBTU exclusivamente para a execução do objeto contratual, vedado seu uso para finalidades próprias, comerciais, promocionais, estatísticas autônomas ou quaisquer outras não vinculadas à execução do benefício alimentação/refeição.**
- 15.9. A inobservância do item anterior ensejará a contratada à aplicação das sanções administrativas cabíveis, após regular procedimento administrativo em que sejam observadas as garantias da ampla defesa e do contraditório.

16. DA GARANTIA

- 16.1. A contratada prestará garantia de execução correspondente ao percentual de **5% (cinco por cento) do valor total do contrato**, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:
- 16.1.1. Caução em dinheiro;
- 16.1.2. Seguro-garantia;
- 16.1.3. Fiança bancária.
- 16.2. Caso a contratada opte por prestar a garantia através de fiança bancária deverá se valer do modelo disponibilizado pela CBTU – Anexo VII deste Edital.
- 16.3. A contratada deverá apresentar à CBTU o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.
- 16.3.1. A contratada poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, por uma única vez, cujo deferimento ficará a critério da CBTU, mediante anuência da gestão do contrato.

- 16.3.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.
- 16.4. O atraso na prestação da garantia de execução superior a 30 (trinta) dias autoriza a CBTU a promover a rescisão do contrato, por descumprimento contratual, nos termos do art. 240, inciso I, do RILC-CBTU.
- 16.5. As regras, condições e requisitos acerca da prestação da garantia de execução contratual estão previstas na minuta do instrumento contratual, que é anexo deste Edital.

17. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS PARA O PAGAMENTO

- 17.1. A documentação de cobrança estará apta a ser emitida após atesto do recebimento do objeto pela gestão e fiscalização do contrato.
- 17.1.1. No caso de contratos executados por etapas ou medições, a contratada poderá apresentar os documentos de cobrança à CBTU tão logo ocorra à atestação pela fiscalização/gestão do cumprimento das etapas contratuais previstas
- 17.2. Salvo disposição em contrário no Termo de Referência ou no instrumento contratual, os documentos de cobrança (notas fiscais/faturas) relativos ao objeto deste Chamamento poderão ser entregues pela contratada:
- 17.2.1. Em meio físico, no Protocolo da CBTU, cujo endereço será fornecido pela gestão/fiscalização do contrato; ou
- 17.2.2. Em meio digital no endereço eletrônico fornecido pela gestão e fiscalização do contrato, desde que possível atestar a confiabilidade do documento enviado.
- 17.3. Os documentos de cobrança deverá ser vir acompanhada da documentação indispensável à aferição de sua exatidão, além de outras eventualmente exigidas pela legislação em vigor.
- 17.4. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária a ser creditada em conta corrente da contratada em até 30 (trinta) dias contados da entrada do documento de cobrança em conformidade com as regras previstas no Termo de Referência e no instrumento contratual, desde que haja certificação (atesto) pela gestão e fiscalização do contrato.
- 17.4.1. Havendo previsão no Termo de Referência ou no instrumento contratual acerca da realização do pagamento em prazo inferior ao previsto neste item, referido prazo a menor deverá prevalecer.
- 17.5. As demais regras e condições para o pagamento estão previstas no Termo de Referência e/ou na minuta do instrumento contratual, anexos deste Edital.

18. DO REAJUSTE

- 18.1. **O valor da taxa de administração é fixo em 0% (zero por cento) e irreeajustável durante toda a vigência da contratação.**

18.2. Dentro do prazo de vigência da contratação, poderá haver repactuação do valor contratado, mediante solicitação da CBTU, em decorrência de Acordo Coletivo de Trabalho, procedimento que se dará mediante termo de apostilamento, conforme art. 238-A do RILC.

18.3. A CBTU garantirá o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a fim de manter as condições efetivas da proposta, conforme previsão do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal

18.4. A matriz de riscos – Anexo IX deste Edital, estabelece os riscos e responsabilidades entre a CBTU e a contratada e caracteriza o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Todas as decisões tomadas pela Comissão ao longo deste procedimento serão registradas em Ata e divulgadas na página do procedimento no site da CBTU (<https://www.gov.br/cbtu/pt-br/aceso-a-informacao/receitas-e-despesas/licitacoes/administracao-central/credenciamento>).

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato ou procedimento previsto no cronograma deste Edital, ele será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pela Comissão.

19.3. Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante os respectivos atos observarão o horário oficial de Brasília – DF.

19.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CBTU.

19.5. Ao aceitar os termos deste edital e participar deste certame o interessado concorda e consente, inequivocamente, com o tratamento dos seus dados pessoais para os fins almejados no procedimento, em conformidade com o art. 7, incisos I, V e VI da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados.

19.6. A homologação das empresas credenciadas não implicará a constituição de direito relativo à celebração do contrato.

19.7. As normas disciplinadoras deste procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam os interesses público e da CBTU, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.8. Os interessados assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a CBTU não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do Chamamento.

19.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do participante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.10. A CBTU poderá revogar este procedimento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para

justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão fundamentada; assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.11. A contratada deverá observar, integralmente, durante toda a execução do contrato, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, elaborados pela CBTU e disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

ARTEFATOS DE INTEGRIDADE DA CBTU	
Código de Ética:	https://www.gov.br/cbtu/pt-br/acao-a-informacao/institucional/atos-normativos
Código de Conduta e Integridade:	
Política de Transações com Partes Relacionadas:	

19.12. Recomenda-se que os interessados em participar deste certame acessem e leiam o Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – RILC-CBTU, normativo interno que regulamenta as licitações processadas no âmbito da Companhia, nos termos do art. 40 da Lei nº 13.303, de 2016; acessível através do link disponibilizado nas informações gerais e no preâmbulo deste Edital.

19.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no sítio eletrônico da CBTU na internet: <https://www.gov.br/cbtu/pt-br/acao-a-informacao/receitas-e-despesas/licitacoes/administracao-central/credenciamento>.

20. DOS ANEXOS

20.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 20.1.1. ANEXO I - Termo de Referência e seus anexos;
 - a. (anexo I/TR) Quantidade de Estabelecimentos;
 - b. (anexo IV/TR) Relatório justificativa de preço;
- 20.1.2. ANEXO II – Modelo de Carta de Apresentação da Proponente;
- 20.1.3. ANEXO III - Modelo de Proposta;
- 20.1.4. ANEXO IV - Minuta do Termo de Credenciamento;
- 20.1.5. ANEXO V - Minuta do Instrumento Contratual;
- 20.1.6. ANEXO VI - Termo de Confidencialidade;
- 20.1.7. ANEXO VII - Modelo de Fiança Bancária;
- 20.1.8. ANEXO VIII - Cronograma do Credenciamento;
- 20.1.9. ANEXO IX - Matriz de Riscos;

- 20.1.10. ANEXO X – Declarações (item 6.6 deste Edital);
- a. (6.6.1) Declaração de concordância com o Edital;
 - b. (6.6.2) Declaração de que não emprega menor;
 - c. (6.6.3) Declaração de que não executa trabalho degradante;
 - d. (6.6.4) Declaração de inexistência de fatos impeditivos;
 - e. (6.6.5) Declaração de elaboração independente de proposta;
 - f. (6.6.6) Declaração de cumprimento de reserva de cargos; e
 - g. (6.6.7) Declaração de cumprimento da cota de aprendizagem.

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

PAULO CESAR B. DE MORAES JUNIOR
Gerente Geral de Licitação e Compras
GALIC/P

JOSÉ MARQUES DE LIMA
Diretor-Presidente
Autoridade competente